



# EDITAL DE LICITAÇÃO

## PROCESSO ADMINISTRATIVO

**028/2025**

## PREGÃO ELETRÔNICO

**009/2025**

### OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURRAIS - PI.

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.303.929,10 (dois milhões, trezentos e três reais e novecentos e vinte e nove reais e dez centavos)

### DATA LIMITE PARA ENVIO DE PROPOSTAS

DIA 04/02/2025 às 08:00hs (Horário de Brasília)

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE LANCES

DIA 05/02/2025 às 08:00hs (Horário de Brasília)

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

**PORTAL UTILIZADO:** BNC

**ENDEREÇO DO PORTAL:** [www.bnc.com.br](http://www.bnc.com.br)

**E-MAIL:** [cplcurrais@gmail.com](mailto:cplcurrais@gmail.com)

### PREGOEIRO

Renata de Lira Barbosa

### AUTORIDADE COMPETENTE

Raimundo Martins de Sousa Santos Sobrinho

**MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:**

[www.currais.pi.gov.br](http://www.currais.pi.gov.br)



<b>CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO</b>	
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	MENOR PREÇO
<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO</b>	POR LOTE
<b>MODO DE DISPUTA</b>	ABERTO
<b>INTERVALO ENTRE OS LANCES</b>	1% (um por cento)
<b>REGIME DE EXECUÇÃO</b>	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
<b>EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA</b>	NÃO
<b>APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS</b>	NÃO
<b>EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA</b>	SIM (1%)
<b>EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATO</b>	NÃO
<b>PERMITE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO</b>	NÃO
<b>HAVERÁ INVERSÃO A FASE DE HABILITAÇÃO?</b>	NÃO
<b>PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA</b>	60 (sessenta) dias

A Prefeitura Municipal de Currais, sediado(a) Rua Padre Manoel Paredes, SN, Centro, inscrita no CNPJ: 01.612.752/0001-76, torna público por meio do(a) sua Pregoeira, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decretos Municipais e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O início da Sessão de disputa de preços será realizado no dia 05/02/2025, às 08:00hs, por meio de sessão virtual, com inserção e comunicação via plataforma digital da BNC <https://bnc.org.br/> já especificada neste instrumento de convocação.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da PREFEITURA MUNICIPAL, denominado Pregoeiro.

Também fica registrado neste instrumento de convocação, que as empresas licitantes terão até o dia 04/02/2025, às 08:00hs, para finalizar o envio de suas propostas com as devidas exigências do edital e documentos de habilitação pertinentes à futura disputa na plataforma da BNC <https://bnc.org.br/> .

## **1 - DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURRAIS - PI) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e anexos, para os fins do objeto pleiteado e estejam devidamente cadastrados e credenciados no Portal da BNC <https://bnc.org.br/>, que atuará como órgão provedor do Sistema Eletrônico.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.9. O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às cooperativas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

- a) Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico da BNC <https://bnc.org.br/>, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.



- b) O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.
- c) Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.
- d) Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- e) Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação.
- f) Caso ocorra a situação de empate descrita, o pregoeiro convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o item no prazo de cinco minutos.
- g) Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que porventura possuam lances ou propostas, deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.
- h) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que primeiro apresentar lance inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa será considerada arrematante pelo pregoeiro, que encerrará a disputa do item na sala virtual, e que deverá apresentar a documentação de habilitação e da proposta de preços.
- i) O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances

apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

- j) Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, seja desclassificada pelo pregoeiro, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.
- k) Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- l) No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, o pregoeiro o fará através do “chat de mensagens”.
- m) A partir da convocação, a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, terá, caso o pregoeiro ache necessário, até 24 (vinte e quatro) horas para oferecer proposta inferior à então mais bem classificada, através do “chat de mensagens”, sob pena de preclusão de seu direito.
- n) Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa exercite o seu direito de apresentar proposta inferior a mais bem classificada, terá, a partir da apresentação desta no “chat de mensagens”, oportunidade para encaminhar a documentação de habilitação e proposta de preços,
- o) O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.
- p) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 05 (cinco) dias úteis

poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE**

3.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Portal de Licitações através do site da BNC <https://bnc.org.br/>

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico da BNC <https://bnc.org.br/>.

3.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, na inserção de dados ou arquivos, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município, responsabilidade por eventuais equívocos ou danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

### **4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS**

4.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes deverão, até a data e hora marcadas para recebimento das propostas, informar os valores de sua proposta, de acordo com a forma de adjudicação adotada pelo edital, por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

4.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor do item;
- b) Marca;
- c) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. A proposta inicial também deverá apresentar sua validade, que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação, a qual torna-se necessária para efeitos de assinatura contratual, atualização de garantias iniciais firmadas em sessão, além de verificação das condições reais das empresas em face de benefícios gerados pela Lei Complementar 123, nos casos especiais de dilação de prazos.

4.6. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.9. Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações no

campo “CADASTRO PROPOSTA” e anexar FICHA TÉCNICA em arquivo PDF no campo apropriado do sistema da Bolsa Nacional de Compras - BNC, sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio.

4.10. Na ficha técnica de preços não deve conter identificação do licitante como: nome, razão social ou timbre do proponente, endereço, telefone, fax e endereço de correio eletrônico, nome do representante, carteira de identidade e cargo na empresa ou qualquer outra forma que possa identificar a proposta.

4.11. Deve conter o detalhamento dos produtos ofertados, indicando, marca, fabricante, modelo, prazo de validade ou de garantia, prazo máximo da entrega acondicionamento.

4.12. Preço unitário do item, cotando-se cada produto discriminado no item, em moeda corrente nacional, em algarismo com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula e por extenso. O preço total deverá ser indicado em algarismos e por extenso. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes (fretes), montagem e instalação, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o perfeito fornecimento do objeto desta licitação.

## **5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

5.1. Encerrado o prazo de recebimento das propostas o pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, verificando a validade dos valores iniciais de propostas conforme exigências do edital.

5.2. Será desclassificada a proposta ou os valores inseridos no sistema que:

- a) Deixar de atender alguma exigência deste edital;
- b) A proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final ou unitário superior ao preço máximo fixado no Termo de Referência (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente

inexequível, onde neste último, será obrigatória e exigida pelo Pregoeiro a apresentação de prova de composição de custos juntos com Notas Fiscais de produtos anteriormente comercializados, que comprove de forma inequívoca, que o preço apresentado em sessão, após a quebra de preços, apresente margem de lucratividade ideal para o cumprimento do contrato.

- c) Apresentar quantitativo dos itens, diferente do que foi estipulado no Termo de Referência.

5.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico da BNC <https://bnc.org.br/>, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor Total.

5.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% do valor Global.

5.6. O modo de disputa adotado para o envio de lances no pregão eletrônico será o “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.11. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa

de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.12. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.13. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.14. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.17. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18. A negociação será realizada por meio do sistema da BNC <https://bnc.org.br/>, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, com as seguintes informações:

- a) valor do item;
- b) Marca;
- c) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- d) Validade do Produto ou Prazo de Garantia;
- e) Na proposta de preços readequado, a empresa deverá apresentar, o percentual de despesas diretas e indiretas de cada item a ser fornecido, assim como, também, o percentual de imposto incidente.

5.21. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Na hipótese da proposta de menor valor desatender às exigências da proposta de preços o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo na ordem de classificação, segundo o critério do Menor Preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

5.23. Todas as propostas após a fase de negociação apresentarem valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor iniciar orçado pela administração, a administração irá reconhecer situação de presunção de inexequibilidade, abrindo diligências para apuração da veracidade e viabilidade do preço ofertado.

5.24. Será desclassificada a proposta vencedora que:



- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

## **6 - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

6.1. Iniciando a fase de habilitação o Pregoeiro irá convocar o licitante classificado em primeiro lugar para apresentação em um prazo de 02 (duas) horas os seguintes documentos:

### **6.2. Habilitação Jurídica:**

- a) Documentos de identificação de todos os sócios;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- d) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
- e) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.3. Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o licitante tenha em seus atos constitutivos/objeto social, as atividades compatíveis com o objeto deste Edital;

6.4. Os licitantes deverão apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

#### **6.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através de Comprovante de Situação Cadastral emitida pela Receita Federal, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;
- b) 8.5.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, relativo à Pessoa Física e Pessoa Jurídica, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade;
- d) 8.5.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade;

- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade. (Lei 12.440/2011).

#### **6.6. Qualificação Econômico-financeira:**

- a) 8.6.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005) pessoa física e pessoa jurídica, expedida pelo distribuidor da sede da empresa e da pessoa física, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais exigíveis na forma da lei, que comprove a boa e regular situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Admite-se a apresentação de balanço de abertura, para as empresas com menos de 01(um) exercício financeiro.
- c) As empresas com menos de 02 (dois) anos de exercício financeiro poderão apresentar o balanço do último exercício financeiro.
- d) Declaração de Capacidade financeira, obrigatoriamente em papel timbrado da empresa, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente assinada pelo Representante Legal da Empresa e pelo Contador responsável;
- e) O licitante deverá apresentar o recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, de um por cento do valor global desta licitação, conforme as modalidades previstas no art. 96 da Lei 14.133, como condição de habilitação de sua proposta no julgamento a ser realizado na fase de habilitação.

## **6.7 Qualificação Técnica:**

- a) Apresentar comprovante de que a licitante forneceu, sem restrição, produtos semelhantes ao objeto do presente Edital, através da apresentação de 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente datado e assinado por responsável da área, com nome legível.

6.8. O Pregoeiro fará a análise dos documentos de habilitação do licitante, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

6.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

6.10. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

## **7 - DOS RECURSOS**

7.1. Caberá recurso nos casos previstos no art. 165 da Lei 14.133/21, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Portal de Licitações, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

7.2. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

7.3. A licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde

logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

7.4. Na hipótese de concessão de prazo para a regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado melhor proposta, a etapa recursal será aberta por ocasião da retomada da sessão pública do pregão.

7.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

7.6. O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo.

7.7 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.8. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

7.9. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

7.10. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

## **8 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

8.1. Ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, garantidos o contraditório e a prévia defesa, de acordo com as seguintes disposições.

1. advertência;
2. multa, observados os seguintes limites máximos:



- a) multa de 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado;
  - b) multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;
3. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

§ 2º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

## **9 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, em campo específico da plataforma.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes

10.2. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

10.3. Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo pregoeiro, comunicando devidamente aos licitantes do pregão eletrônico.

10.4 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Minuta do Contrato

Currais – PI, 17 de janeiro de 2025.

---

Raimundo Martins de Sousa Santos Sobrinho  
Prefeito Municipal

# ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



## **OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURRAIS - PI.

## **VALOR PREVISTO**



R\$ 2.303.929,10 (dois milhões, trezentos e três reais e novecentos e vinte e nove reais e dez centavos)

## **PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**



O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses contados do dia da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURRAIS - PI., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE I - EXAMES LABORATORIAIS					
ÍTEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	T3 LIVRE	UND	300	R\$ 27,57	R\$ 8.271,00
2	T4 LIVRE	UND	400	R\$ 12,73	R\$ 5.092,00
3	TSH ULTRASSENSÍVEL	UND	400	R\$ 37,05	R\$ 14.820,00
4	ESTRADIOL	UND	300	R\$ 37,48	R\$ 11.244,00
5	LH	UND	400	R\$ 20,00	R\$ 8.000,00
6	FSH	UND	400	R\$ 24,00	R\$ 9.600,00
7	PROGESTERONA	UND	300	R\$ 38,45	R\$ 11.535,00
8	PROLACTINA	UND	300	R\$ 19,17	R\$ 5.751,00
9	PSA TOTAL E LIVRE	UND	500	R\$ 56,87	R\$ 28.435,00
10	TESTOSTERONA TOTAL	UND	300	R\$ 44,89	R\$ 13.467,00
11	TESTOSTERONA LIVRE	UND	300	R\$ 48,33	R\$ 14.499,00
12	CKMB	UND	250	R\$ 25,41	R\$ 6.352,50
13	TROPONINA	UND	300	R\$ 36,32	R\$ 10.896,00
14	CPK	UND	250	R\$ 49,85	R\$ 12.462,50
15	VITAMINA B12	UND	400	R\$ 24,43	R\$ 9.772,00
16	ANTI TPO	UND	300	R\$ 70,73	R\$ 21.219,00
17	IGE TOTAL	UND	400	R\$ 67,04	R\$ 26.816,00
18	CORTISOL	UND	300	R\$ 56,85	R\$ 17.055,00
19	INSULINA	UND	300	R\$ 66,11	R\$ 19.833,00
20	VHS	UND	400	R\$ 15,48	R\$ 6.192,00
21	COAGULOGRAMA	UND	400	R\$ 49,29	R\$ 19.716,00
22	CULTURA DE URINA COM ANTIBIOGRAMA	UND	300	R\$ 28,43	R\$ 8.529,00
23	TOXOPLASMOSE IGM	UND	300	R\$ 26,61	R\$ 7.983,00
24	TOXOPLASMOSE IGG	UND	300	R\$ 29,80	R\$ 8.940,00
25	CITOMEGALOVIRUS IGG	UND	300	R\$ 28,63	R\$ 8.589,00
26	CITOMEGALOVIRUS IGM	UND	300	R\$ 81,66	R\$ 24.498,00
27	RUBÉOLA IGG	UND	200	R\$ 27,71	R\$ 5.542,00
28	RUBÉOLA IGM	UND	200	R\$ 26,62	R\$ 5.324,00
29	FAN	UND	400	R\$ 52,77	R\$ 21.108,00
30	ANTI HBS	UND	300	R\$ 28,93	R\$ 8.679,00
31	HIV I E II	UND	300	R\$ 56,90	R\$ 17.070,00
32	ANTI HCV	UND	300	R\$ 67,84	R\$ 20.352,00
33	HBSAG	UND	300	R\$ 22,67	R\$ 6.801,00
34	ANTI-HAV IGG	UND	150	R\$ 56,78	R\$ 8.517,00
35	ANTI-HAV IGM	UND	150	R\$ 51,33	R\$ 7.699,50
36	HEMOGRAMA COMPLETO	UND	1200	R\$ 15,29	R\$ 18.348,00
37	TIPAGEM SANGUÍNEA	UND	600	R\$ 14,81	R\$ 8.886,00
38	GLICEMIA DE JEJUM	UND	1200	R\$ 43,58	R\$ 52.296,00
39	HEMOGLOBINA GLICADA —HB1AC	UND	600	R\$ 43,58	R\$ 26.148,00
40	COLESTEROL TOTAL E FRAÇÕES/LIPIDOGRAMA	UND	600	R\$ 36,94	R\$ 22.164,00
41	COLESTEROL TOTAL	UND	400	R\$ 11,84	R\$ 4.736,00
42	TRIGLICERÍDEOS	UND	400	R\$ 29,23	R\$ 11.692,00
43	FOSFATASE ALCALINA	UND	300	R\$ 46,50	R\$ 13.950,00
44	UREIA	UND	800	R\$ 9,83	R\$ 7.864,00
45	ÁCIDO ÚRICO	UND	300	R\$ 33,97	R\$ 10.191,00
46	LDH (DESIDROGENASE LÁTICA)	UND	150	R\$ 29,66	R\$ 4.449,00
47	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	UND	300	R\$ 31,19	R\$ 9.357,00
48	ALBUMINA	UND	300	R\$ 13,98	R\$ 4.194,00
49	LIPASE	UND	300	R\$ 32,17	R\$ 9.651,00
50	CÁLCIO TOTAL E IÔNICO	UND	400	R\$ 34,44	R\$ 13.776,00



51	MAGNÉSIO	UND	300	R\$ 32,44	R\$ 9.732,00
52	SÓDIO	UND	400	R\$ 39,24	R\$ 15.696,00
53	POTÁSSIO	UND	400	R\$ 14,40	R\$ 5.760,00
54	FERRO	UND	300	R\$ 32,01	R\$ 9.603,00
55	FERRITINA	UND	300	R\$ 29,77	R\$ 8.931,00
56	PCR LATEX	UND	300	R\$ 13,59	R\$ 4.077,00
57	PCR ULTRASSENSÍVEL	UND	400	R\$ 32,03	R\$ 12.812,00
58	DENGUE IGM E IGG	UND	400	R\$ 40,56	R\$ 16.224,00
59	DENGUE NS1	UND	400	R\$ 41,83	R\$ 16.732,00
60	FATOR REUMATÓIDE	UND	300	R\$ 42,81	R\$ 12.843,00
61	EAS (SUMÁRIO DE URINA)	UND	800	R\$ 10,27	R\$ 8.216,00
62	EPF (PARASITOLÓGICO DE FEZES)	UND	500	R\$ 11,11	R\$ 5.555,00
63	PSO (PESQUISA DE SANGUE OCULTOS NAS FEZES)	UND	300	R\$ 37,41	R\$ 11.223,00
64	BILIRRUBINAS (TOTAL E FRAÇÕES)	UND	300	R\$ 26,71	R\$ 8.013,00
65	IGE PARA LEITE	UND	350	R\$ 34,30	R\$ 12.005,00
66	IGE PARA LACTOALBUMINA	UND	350	R\$ 40,50	R\$ 14.175,00
67	IGE PARA LACTOGLOBULINA	UND	350	R\$ 39,21	R\$ 13.723,50
68	IGE PARA SOJA	UND	350	R\$ 55,68	R\$ 19.488,00
69	IGE PARA CLARA DE OVO	UND	350	R\$ 46,24	R\$ 16.184,00
70	IGE PARA GEMA DE OVO	UND	350	R\$ 31,48	R\$ 11.018,00
71	DEHIDROGENASE LACTICA	UND	300	R\$ 32,01	R\$ 9.603,00
72	CHAGAS (SOROLOGIA)	UND	150	R\$ 37,67	R\$ 5.650,50
73	ANUSCOPIA	UND	150	R\$ 35,58	R\$ 5.337,00
74	GLICOSE PROSPANDIAL	UND	150	R\$ 27,78	R\$ 4.167,00
75	GRUPO SANGUINEO E FATOR RH	UND	500	R\$ 15,56	R\$ 7.780,00
76	UROCULTURA	UND	300	R\$ 33,32	R\$ 9.996,00
77	AMILASE	UND	300	R\$ 21,50	R\$ 6.450,00
78	ANTI - ENDOMISIO - ANTICORPOS IGA	UND	300	R\$ 40,12	R\$ 12.036,00
79	ANTICOAGULANTE LUPICO	UND	300	R\$ 25,24	R\$ 7.572,00
80	ANTIESTREPTOLISINA-O	UND	200	R\$ 37,06	R\$ 7.412,00
81	HCG QUALITATIVO	UND	400	R\$ 24,68	R\$ 9.872,00
82	BETA HCG QUANTITATIVO	UND	400	R\$ 25,92	R\$ 10.368,00
83	CARDIOLIPINA IGA ANTICORPOS ANTI-	UND	150	R\$ 57,08	R\$ 8.562,00
84	CARDIOLIPINA IGG ANTICORPOS ANTI	UND	150	R\$ 51,03	R\$ 7.654,50
85	CARDIOLIPINA IGM ANTICORPOS ANTI-	UND	150	R\$ 49,36	R\$ 7.404,00
86	CHIKUNGUNYA IGG/IGM	UND	150	R\$ 102,42	R\$ 15.363,00
87	CREATINO FOSFOQUINASE(C.P.K.)	UND	150	R\$ 19,00	R\$ 2.850,00
88	DEHIDROEPIANDROSTERONA- DHEA	UND	150	R\$ 27,77	R\$ 4.165,50
89	FENILALANINA	UND	150	R\$ 31,41	R\$ 4.711,50
90	FOSFORO	UND	300	R\$ 33,67	R\$ 10.101,00
91	HEPATITE A - ANTI HVA IGG	UND	300	R\$ 44,16	R\$ 13.248,00
92	HEPATITE A - ANTI HVA IGM	UND	300	R\$ 16,10	R\$ 4.830,00
93	HEPATITE E	UND	300	R\$ 13,90	R\$ 4.170,00
94	HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE	UND	200	R\$ 22,67	R\$ 4.534,00
95	HORMONIO TIREOESTIMULANTE	UND	200	R\$ 16,00	R\$ 3.200,00
96	IGE PAINEL (EX2) - EPITELIOS ANIMAIS	UND	200	R\$ 28,92	R\$ 5.784,00
97	IGE PAINEL (HX2) - PÓ DE CASA	UND	350	R\$ 15,00	R\$ 5.250,00
98	IMUNOGLOBULINAS IGA	UND	150	R\$ 29,25	R\$ 4.387,50
99	IMUNOGLOBULINAS IGG	UND	150	R\$ 26,70	R\$ 4.005,00
100	IMUNOGLOBULINAS IGM	UND	150	R\$ 35,17	R\$ 5.275,50
101	LÂMINA DIRETA NAS FEZES	UND	300	R\$ 14,03	R\$ 4.209,00
102	LEISHMANIA - ANTICORPOS IGG	UND	150	R\$ 52,49	R\$ 7.873,50
103	LEISHMANIA - ANTICORPOS IGM	UND	150	R\$ 55,16	R\$ 8.274,00
104	LEPTOSPIROSE - ANTICORPOS IGG	UND	150	R\$ 49,52	R\$ 7.428,00
105	LEPTOSPIROSE - ANTICORPOS IGM	UND	150	R\$ 47,56	R\$ 7.134,00
106	LÍTIO	UND	300	R\$ 21,79	R\$ 6.537,00
107	MICROALBUMINURIA	UND	300	R\$ 15,02	R\$ 4.506,00
108	PESQUISA DE ROTAVIRUS	UND	150	R\$ 30,98	R\$ 4.647,00
109	PESQUISA DE ADENOVIRUS	UND	150	R\$ 47,58	R\$ 7.137,00
110	PESQUISA DE SANGUE OCULTO - FEZES	UND	350	R\$ 44,90	R\$ 15.715,00
111	PESQUISA PARA BAAR	UND	150	R\$ 38,36	R\$ 5.754,00
112	PLAQUETAS	UND	300	R\$ 32,83	R\$ 9.849,00
113	PROTEINA C REATIVA	UND	300	R\$ 25,07	R\$ 7.521,00
114	PROTEINAS TOTAIS	UND	300	R\$ 25,30	R\$ 7.590,00
115	RUBEOLA IGG	UND	200	R\$ 28,77	R\$ 5.754,00





116	RUBEOLA IGM	UND	200	R\$ 27,38	R\$ 5.476,00
117	TEMPO DE COAGULACAO	UND	300	R\$ 17,42	R\$ 5.226,00
118	TEMPO DE SANGRAMENTO	UND	300	R\$ 17,42	R\$ 5.226,00
119	TEMPO DE PROTROMBINA	UND	300	R\$ 25,54	R\$ 7.662,00
120	TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIA	UND	300	R\$ 25,75	R\$ 7.725,00
121	TESTE DE TOLERANCIA A GLICOSE	UND	500	R\$ 28,74	R\$ 14.370,00
122	TRANSAMINASE GLUTAMICA OXALACETICA	UND	300	R\$ 15,67	R\$ 4.701,00
123	TRANSAMINASE GLUTAMICA PIRUVICA	UND	300	R\$ 14,67	R\$ 4.401,00
124	VELOCIDADE DE HEMOSSIDIMENTACAO	UND	300	R\$ 19,20	R\$ 5.760,00
125	ELETRFORESES DE HEMOGOBINA	UND	200	R\$ 28,50	R\$ 5.700,00
126	TESTE DE TOLERANCIA A LACTOSE	UND	500	R\$ 60,20	R\$ 30.100,00
127	TESTE DE ESCARRO	UND	150	R\$ 67,67	R\$ 10.150,50
128	PROTEINUARIA 24 HORAS	UND	300	R\$ 19,88	R\$ 5.964,00
129	HEMOSSISTEINA	UND	300	R\$ 60,00	R\$ 18.000,00
130	CLEARRENSE CREATINA	UND	200	R\$ 54,78	R\$ 10.956,00
131	CITRATO	UND	150	R\$ 34,36	R\$ 5.154,00
132	COLORO	UND	300	R\$ 36,01	R\$ 10.803,00
133	ZINCO	UND	300	R\$ 44,80	R\$ 13.440,00
134	ACIDO FOLICO	UND	300	R\$ 51,75	R\$ 15.525,00
135	SATURACAO DE TRANSFERRINA	UND	350	R\$ 43,00	R\$ 15.050,00
136	HOMA IR	UND	300	R\$ 37,50	R\$ 11.250,00
137	TESTE DE GRAVIDEZ	UND	300	R\$ 14,47	R\$ 4.341,00
138	SÍFILIS	UND	150	R\$ 31,54	R\$ 4.731,00
139	PERFIL ALERGICO	UND	200	R\$ 92,13	R\$ 18.426,00
140	A.B.O	UND	150	R\$ 14,25	R\$ 2.137,50
141	T.I.A	UND	150	R\$ 33,75	R\$ 5.062,50
142	ANTI - RO / SSA	UND	150	R\$ 37,50	R\$ 5.625,00
143	ANTI - LA / SSB	UND	400	R\$ 23,75	R\$ 9.500,00
144	ANTI - HIV	UND	150	R\$ 52,58	R\$ 7.887,00
145	ANTI - CA	UND	150	R\$ 45,00	R\$ 6.750,00
146	ANTI - CCP	UND	150	R\$ 56,37	R\$ 8.455,50
147	PEPTIDIO C	UND	150	R\$ 57,88	R\$ 8.682,00
148	AC ANTI - INSULINA	UND	150	R\$ 21,42	R\$ 3.213,00
149	GASOMETRIA VENOSA	UND	300	R\$ 38,17	R\$ 11.451,00
150	VITAMINA A	UND	300	R\$ 137,53	R\$ 41.259,00
151	VITAMINA C	UND	200	R\$ 97,74	R\$ 19.548,00
152	SELENIO	UND	150	R\$ 29,11	R\$ 4.366,50
153	ANTI HBC TOTAL	UND	200	R\$ 37,62	R\$ 7.524,00
154	ESTROGÊNIO	UND	300	R\$ 79,14	R\$ 23.742,00
155	ELETRFORESE DE PROTEINAS	UND	200	R\$ 54,36	R\$ 10.872,00
156	COBRE	UND	200	R\$ 44,19	R\$ 8.838,00
157	ALUMINIO	UND	150	R\$ 28,92	R\$ 4.338,00
158	CH - 50 COMPLEMENTO	UND	150	R\$ 24,41	R\$ 3.661,50
159	GASOMETRIA ARTERIAL	UND	150	R\$ 48,00	R\$ 7.200,00
160	ANTI - PEPTIDEO	UND	300	R\$ 23,98	R\$ 7.194,00
161	PTH INTACTO	UND	150	R\$ 58,89	R\$ 8.833,50
162	ERITROGRAMA	UND	150	R\$ 26,11	R\$ 3.916,50
163	LEOCGRAMA	UND	200	R\$ 16,25	R\$ 3.250,00
164	TEMPO DE SANGRAMENTO - DUKE	UND	200	R\$ 24,09	R\$ 4.818,00
165	TEMPO DE SANGRAMENTO - IVY	UND	200	R\$ 8,17	R\$ 1.634,00
166	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	UND	200	R\$ 12,28	R\$ 2.456,00
167	PROVA DO LACO	UND	300	R\$ 24,10	R\$ 7.230,00
168	TESTE NAO TREPOMICO PARA SIFILIS EM GESTANTE	UND	300	R\$ 9,75	R\$ 2.925,00
169	TESTE RAPIDO PARA SIFILIS EM GESTANTE	UND	150	R\$ 10,54	R\$ 1.581,00
170	ANTI TIREOPEROXIDASE	UND	150	R\$ 26,28	R\$ 3.942,00
171	ANTI TIREOGLOBULINA	UND	300	R\$ 58,99	R\$ 17.697,00
172	SÍFILIS (QUANTITATIVO)	UND	400	R\$ 26,25	R\$ 10.500,00
173	IGE P/ LACTOSE	UND	300	R\$ 15,07	R\$ 4.521,00
174	IGE P/ AMENDOIN	UND	350	R\$ 16,19	R\$ 5.666,50
175	IGE P/ GLUTEM	UND	300	R\$ 23,86	R\$ 7.158,00
176	IGE P/ PELO DE GATO	UND	300	R\$ 11,29	R\$ 3.387,00
177	IGE P/ PELO DE CAO	UND	200	R\$ 8,84	R\$ 1.768,00
178	IGE P/ CAMARAO	UND	350	R\$ 11,91	R\$ 4.168,50
179	IGE P/ MILHO	UND	350	R\$ 16,19	R\$ 5.666,50
180	IGE P/ BANANA	UND	200	R\$ 8,03	R\$ 1.606,00



181	TTOG 75g	UND	100	R\$ 11,00	R\$ 1.100,00
182	IGFBP3	UND	100	R\$ 39,94	R\$ 3.994,00
183	ANTICORPO GLUTAMINASE	UND	100	R\$ 38,00	R\$ 3.800,00
184	IST	UND	200	R\$ 0,99	R\$ 198,00
185	HERPES IGM IGG	UND	100	R\$ 90,44	R\$ 9.044,00
186	SHBG	UND	100	R\$ 29,38	R\$ 2.938,00
187	ANTI HBS TOTAL	UND	100	R\$ 34,58	R\$ 3.458,00
188	ANTI HBS TOTAL IGM e IGG	UND	100	R\$ 41,56	R\$ 4.156,00
189	ANTI BETA	UND	100	R\$ 72,00	R\$ 7.200,00
190	GLICOPROTEINA	UND	150	R\$ 14,66	R\$ 2.199,00
191	ANCA	UND	150	R\$ 46,07	R\$ 6.910,50
192	RELAÇÃO DE PROTEINA/CREATINA UNITÁRIA (RPCU)	UND	150	R\$ 20,78	R\$ 3.117,00
193	P- ANCA	UND	300	R\$ 49,47	R\$ 14.841,00
194	CORTISOL SALIVAR	UND	300	R\$ 60,67	R\$ 18.201,00
195	LACTATO	UND	300	R\$ 31,90	R\$ 9.570,00
196	IGE ESPECÍFICO	UND	80	R\$ 40,00	R\$ 3.200,00
197	IGF	UND	100	R\$ 78,15	R\$ 7.815,00
198	ANTI EBV IGM e IGG	UND	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00
199	ANTI CMV IGM e IGG	UND	300	R\$ 43,10	R\$ 12.930,00
200	ANTI TOXOPLASMOSE IGG e IGM	UND	150	R\$ 64,44	R\$ 9.666,00
201	T3 REVERSO	UND	100	R\$ 45,32	R\$ 4.532,00
202	ELISA	UND	150	R\$ 75,00	R\$ 11.250,00
203	FOLATO	UND	100	R\$ 28,63	R\$ 2.863,00
204	ACTH	UND	300	R\$ 27,40	R\$ 8.220,00
205	UROCULTURA/COM CONTAGEM DE COLÔNIA	UND	80	R\$ 66,61	R\$ 5.328,80
206	RETÍCULOCETOS	UND	300	R\$ 13,77	R\$ 4.131,00
207	DHE-S	UND	200	R\$ 12,09	R\$ 2.418,00
208	DET. CURVA GLICEMICA	UND	800	R\$ 25,75	R\$ 20.600,00
209	CREATINA	UND	150	R\$ 51,77	R\$ 7.765,50
210	FOCALIZAÇÃO ISOLETRICA DE TRANSFERRINA	UND	400	R\$ 14,22	R\$ 5.688,00
211	VITAMINA D 25	UND	300	R\$ 61,66	R\$ 18.498,00
212	IGE P/TRIGO	UND	300	R\$ 31,33	R\$ 9.399,00
213	HDL	UND	300	R\$ 31,19	R\$ 9.357,00
214	LDL	UND	300	R\$ 32,03	R\$ 9.609,00
215	VLDL	UND	500	R\$ 41,51	R\$ 20.755,00
216	TGO	UND	500	R\$ 34,73	R\$ 17.365,00
217	TGP	UND	500	R\$ 32,44	R\$ 16.220,00
218	GAMA VT/GGT	UND	300	R\$ 39,24	R\$ 11.772,00
219	DIMERO - D	UND	300	R\$ 131,87	R\$ 39.561,00
220	VDRL	UND	250	R\$ 41,51	R\$ 10.377,50
221	ASLO	UND	150	R\$ 38,18	R\$ 5.727,00
222	ALFA HIDROXI-PROGESTERONA	UND	150	R\$ 27,96	R\$ 4.194,00
223	ACIDO VALPROICO	UND	300	R\$ 39,21	R\$ 11.763,00
224	COOMBS DIRETO	UND	300	R\$ 36,97	R\$ 11.091,00
225	COOMS INDIRETO	UND	100	R\$ 34,11	R\$ 3.411,00
226	DISMORFISMO ERITROCITARIO	UND	100	R\$ 27,77	R\$ 2.777,00
227	DOSAGEM DE FATOR INTRISECO	UND	300	R\$ 16,29	R\$ 4.887,00
228	IGE ESPECÍFICO (D2) D FARINHA	UND	350	R\$ 37,91	R\$ 13.268,50
229	IGE ESPECÍFICO (D73) ACARO	UND	300	R\$ 35,91	R\$ 10.773,00
230	IGE ESPECIFICO (F105) DCHOCOLATE	UND	300	R\$ 33,50	R\$ 10.050,00
231	IGE ESPECIFICO (F26) CARNE DE PORCO	UND	300	R\$ 34,24	R\$ 10.272,00
232	IGE ESPECIFICO (F27) CARNE BOVINA	UND	200	R\$ 36,58	R\$ 7.316,00
233	IGE ESPECIFICO (F3) BACALHAU	UND	300	R\$ 32,82	R\$ 9.846,00
234	IGE ESPECIFICO (F287) FEIJÃO	UND	350	R\$ 31,91	R\$ 11.168,50
235	IGE ESPECIFICO (F78) CASEIRO	UND	300	R\$ 36,24	R\$ 10.872,00
236	IGE ESPECIFICO (F9) ARROZ	UND	200	R\$ 33,58	R\$ 6.716,00
237	IGE ESPECIFICO (F93) CACAU	UND	200	R\$ 33,91	R\$ 6.782,00
238	IGE ESPECIFICO (F3) ALIMENTOS - BATATA	UND	150	R\$ 33,91	R\$ 5.086,50
239	MIOGLOBINA	UND	200	R\$ 26,83	R\$ 5.366,00
240	NT - PROBNP	UND	15	R\$ 63,92	R\$ 958,80
241	PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	UND	300	R\$ 29,56	R\$ 8.868,00
242	C3 COMPLEMENTO	UND	300	R\$ 11,59	R\$ 3.477,00
243	C4 COMPLEMENTO	UND	150	R\$ 14,25	R\$ 2.137,50

244	IGE P/ ALFA LACTOALBUMINA	UND	200	R\$ 31,76	R\$ 6.352,00
245	IGE P/ ALFA LACTOGLOBULINA	UND	200	R\$ 42,57	R\$ 8.514,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.303.929,10	

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do dia da assinatura do Contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é essencial para o bom funcionamento da Administração Pública, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

## **2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.2 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n° 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 13:00 horas.

4.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Início da execução do objeto: 05 dias após a assinatura do contrato

5.2 Local da prestação dos serviços

- a) Os serviços serão prestados dentro da região geográfica de Currais – PI ou em local especificado e autorizado pela prefeitura.

## **6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes.

6.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.12 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.



6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.1.6 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

## **7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

## **8 - DO RECEBIMENTO**

8.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.5 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.7 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

## **9 - PRAZO DE PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

## **10. FORMA DE PAGAMENTO**

10.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 11 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

## 12 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.303.929,10 (dois milhões, trezentos e três reais e novecentos e vinte e nove reais e dez centavos), conforme custos unitários apostos na *tabela acima*.

## 13 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Fonte de Recursos: FPM, ICMS, ISS, FMS, etc
Programa de Trabalho: 10.092.0017.2044 - Manutenção da Secretaria de Saúde
10.302.0059.2045 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento da Dispensa: 3.3.90 -39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

8.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

*Currais – PI, 17 de janeiro de 2025.*

---

Kênya Maria Falcão Rêgo  
Secretária Municipal de Saúde

## ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

### Contratante



Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX/PI, inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob nº XXXXXXXX e portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX

### Contratado



XXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXX, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob nº XXXXXXXX e portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX

### Prazo de Vigência



O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

### Valor Total



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



## MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
XXXXXXXX, E  
.....

### Contratante



Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXX, com sede no(a)  
XXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX/PI,  
inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, neste ato  
representado(a) pelo(a) XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob  
nº XXXXXXXX e portador da Cédula de Identidade nº  
XXXXXXXXXX

### Contratado



XXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº  
XXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXX, neste ato  
representado(a) por XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob nº  
XXXXXXXX e portador da Cédula de Identidade nº  
XXXXXXXXXX



## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de .....,  
nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					

...					
-----	--	--	--	--	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de .....  
contados do(a) ....., prorrogável na forma dos artigos 106 e 107  
da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao  
atesto, pela autoridade competente, de que as condições e os preços  
permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o  
contratado.



## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de  
execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação  
e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

4.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias  
diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou  
impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



## **5. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



## **6. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

6.1. Os serviços similares aos especificados neste certame poderão ter seus preços reajustados de comum acordo com a CONTRATANTE, devidamente comprovados os motivos das alterações de preços solicitados por parte do contratado, sempre tendo como parâmetro os preços cotados e as condições reais de mercado.

6.2. O reajuste será realizado por apostilamento.



## **7. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



## **8. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado



da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

8.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



## 9. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



## 10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”

do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
2. moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a

Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



## **12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: [...];	
Fonte de Recursos: [...];	
Programa de Trabalho: [...];	
Elemento de Despesa: [...];	
Plano Interno: [...];	

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 13. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

 **15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

 **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO**

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça em ....., para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

XX de XXXXXX de XXXX

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**INFORMAÇÕES DA EMPRESA**

RAZÃO SOCIAL	
ENDEREÇO	
TELEFONE	
E-MAIL	

**INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL**

NOME COMPLETO	
ENDEREÇO	
CPF	
RG	
TELEFONE	
E-MAIL	